

A modernidade não será certamente legado histórico do atual governo

20 NOV 1991

Sílvio Figer *



Pouco a pouco vai-se tornando possível distinguir um objetivo no a parente descontrole das iniciativas do governo na área econômica.

Os fundamentos econômicos são o fraco desempenho do saldo da balança comercial, que tornou o volume de reservas cambiais dependente do balanço de capitais, que por sua vez fraquejou ante a exposição da debilidade da estrutura jurídica que sustenta o processo de privatização; e a retomada da despesa financeira do Tesouro Nacional, por regime de caixa, devido à devolução dos cruzados bloqueados, e a necessidade de retê-los fora do alcance do consumo.

Os fundamentos políticos são a falta de sustentação do governo no Congresso Nacional, incapaz de sobrepor-se aos interesses individuais e imediatistas. E o desentendimento aberto entre o governo e a elite empresarial, duramente atingida pela abertura da economia ao exterior, e a classe empresarial em geral, sempre às voltas com o arbitrio das MP, e a eterna voracidade fiscal.

A luz destes fundamentos é que se devem rememorar as ocorrências recentes no mercado financeiro e como elas aparentam o descon-

trolo.

1 — O BC institui os leilões de câmbio, de forma coerente com seu projeto de liberalização da econo-

ma. As reservas cambiais começam a declinar, pelos motivos acima citados, e o BC decreta uma mídi de 15%, contrariando o espírito dos leilões de câmbio. Em vez de permitir a flutuação do mercado, o governo intervém no sistema.

3 — Realiza-se com sucesso o leilão de privatização da Usiminas.

4 — O BC eleva abruptamente as taxas de juro, pegando o mercado desprevenido, como se quisesse ostentar um poder de vida e morte sobre o sistema econômico. E o intervencionismo em sua forma mais perfeita e acabada.

5 — O BC, escudado nas taxas de juro, anuncia sua retirada do mercado de câmbio e ouro, a fim de não queimar suas reservas cambiais. As cotações explodem.

6 — As cotações cedem e o mercado aparentemente se acalma.

Dados os fundamentos, e os acontecimentos verificados, pode-se deduzir que o objetivo, por trás de ações aparentemente tão desencontradas, certamente não sendo a hiper-deliberada, será indubitablemente uma estratégia de tudo ou nada. Ou o mercado acredita no acerto das medidas do governo, ou se descontraí de vez. Neste caso o governo, escorado nas reservas cambiais ciosamente preservadas, força o entendimento nacional via Congresso, que sofrerá uma pressão insuportável da sociedade para a superação da crise.

O fato é que chegamos a uma situação em que a governabilidade ficou claramente comprometida. Pa-

ra retomar o controle da situação optou-se pela criação de fatos consumados, cujas consequências poderão ser a necessidade da criação de novas regras, ou a imposição de um programa de governo.

Na primeira hipótese, o câmbio paralelo retoma o movimento de alta, forçando o oficial a acompanhá-lo, sob pena de se paralisarem as exportações, inviabilizando o balanço de pagamentos. Com o inicio da corrida entre o oficial e o paralelo, desencadeia-se uma espiral desenfreada entre câmbio e juros, leia-se indexação, que levará à pulverização do valor da

moeda. Criam-se então novas regras.

Na segunda hipótese, o paralelo recua, o câmbio oficial se mantém, os juros cedem e o mercado se acalma. O governo então impõe um programa econômico.

Em qualquer hipótese, porém, configura-se a inevitabilidade de uma forte intervenção do governo, o que significa dizer que a modernidade não será o legado histórico desta presidência. O Brasil estará onde sempre esteve. Longe do Primeiro Mundo.

* Economista. Consultor de empresas.